

Deputado sugere ato com as disposições complementares

BRASÍLIA — O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), integrante da Comissão de Sistematização, sugere que a Constituinte aprove, a exemplo do que se fez em 1946, um Ato de Disposições Complementares, paralelamente à nova Constituição. Esse ato reuniria todos os assuntos que pertencem à esfera de leis ordinárias — e que, segundo Jobim, constituem mais de 50% dos artigos aprovados pelas comissões temáticas.

Um dos exemplos citados por Jobim é a questão do trabalho, detalhada ao máximo no substitutivo da Comissão da Ordem Social, quando isso cabe à legislação ordinária. O caso do empregado doméstico é típico. "Ele é um trabalhador igual aos outros e terá, como todos, direitos e deveres garantidos na Constituição. Mas a especificação de suas atribuições e normas particulares de direito são assuntos de lei ordinária. Aí entra a figura do Ato de Disposições Complementares, também aprovado pelos constituintes", explicou.

Mas o detalhamento de temas como, sindicalismo, lei de greve, estabilidade e 14º salário tem defensores. "São avanços que precisamos garantir na Constituição, porque a transição no país está sendo feita através da lei. Tudo o que incide sobre o cidadão tem que estar na Constituição", alega o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, que no entanto reconhece que alguns itens são típicos de leis ordinárias e não matéria constitucional.

Pela proposta de Jobim, "a angústia de alguns setores da Constituinte de garantir imediatamente as novas leis, particularmente as de avanço na área social, estará resolvida, porque ao mesmo tempo em que a Constituição estará sendo aprovada, estaremos votando também as leis ordinárias com todas as suas características que entrarão imediatamente em vigor e não ficarão para serem votadas pelo Congresso Nacional posteriormente."

Durabilidade — O vice-líder do PDS, deputado Adylsom Motta (RS), para quem mais de 70% dos artigos aprovados até agora nada têm de matéria constitucional, concorda com a proposta de Jobim. E adverte que "uma Constituição detalhada estará defasada em seis meses" e cita como exemplo de absurdos que estão sendo incluídos no projeto o artigo que prevê a erradicação total da pobreza.

"Não são normas para que fiquem permanentemente na Constituição. São verdadeiros planos globais, programas de governo. Temos que garantir os direitos e deveres, do cidadão e do Estado e, a partir das leis, detalhar cada item", opina Motta.

Também o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) está preocupado, com os absurdos propostos. "É um exagero fixarmos, como aconteceu na Comissão de Organização dos Poderes, que os estados devem criar tribunais militares. Ora, isso é competência dos estados, e, ao fazermos



Jobim quer fazer triagem

essa determinação, estaremos tirando a autonomia estadual. Na Constituição, devemos apenas criar o princípio e abrir a porta para o assunto. Aos estados caberá a decisão e isso ficará claro na lei ordinária."

O Ato de Disposições Complementares, segundo Jobim, daria também maior durabilidade à Constituição. "Para se mudar a Constituição, são necessários votos de dois terços do Congresso Nacional, o que é difícil. Se aprovarmos junto com a Constituição o Ato de Disposições Complementares, estaremos aprovando leis ordinárias que, para mudarem, precisam apenas dos votos da maioria absoluta. As leis que ficarem defasadas serão mudadas através de um mecanismo mais simples e de acordo com as necessidades da sociedade, preservando a Constituição de alterações."

A proposta de Jobim começou a ser debatida na cúpula do PMDB. O presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, o líder da Constituinte, senador Mário Covas, e também o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, são simpáticos à idéia.

Debate sobre tamanho é só modismo

João Gilberto

Mais uma falsa discussão toma conta do cenário a respeito da Constituinte, mobilizando pensadores. Agora, a chave mágica do debate é o número de artigos da futura Constituição, o seu tamanho, ou, até mesmo e sofisticadamente, o total de dispositivos que contenha, computando-se artigos, parágrafos, itens e alíneas. Diz-se comumente que a Constituição será boa se poucos forem os seus artigos ou dispositivos; ruim, no caso de prolixa ou de abundante quantidade de dispositivos.

Nessa lógica de raciocínio em geral alega-se que as constituições de outros países são sucintas e, por vezes, a bicentenária carta norte-americana é citada.

Não se leva em conta que as constituições retratam épocas e condições específicas de um povo. As antigas eram menores, porque se restringiam, ao sabor do liberalismo clássico, a alinhar mecanismos de formação do poder nacional, direitos e deveres da cidadania. Assim, a Constituição dos Estados Unidos foi escrita numa época que se desconhecia, do ponto de vista legal, constitucional ou jurídico, o conflito social e os desafios econômicos e tecnológicos do mundo atual. Ademais, o modelo de sociedade e a tradição daquele país levaram a Suprema Corte a ser o órgão que atualiza a velha Constituição sem muita necessidade de emenda, retirando dela em cada época uma leitura diferente e atualizada, aplicando princípios genéricos sob óticas diferenciadas aos detalhes de cada tempo.

Igualmente, não é considerado um outro ângulo: a técnica legislativa mais rígida do brasileiro. Qualquer constituição européia tem alentados artigos, com várias orações dentro deles, esgotando totalmente o assunto e chegando a detalhes num longo texto. É comum manusear livros com tais constituições em que se encontram páginas inteiras ocupadas por apenas um artigo ou dispositivo. Por aqui, não. Temos a tradição de que cada artigo

da lei ou da Constituição será correto se esgotar-se numa só oração. Isto facilita as emendas e a organização técnica, mas muitas vezes cria dificuldades enormes para os leigos e para a interpretação mais correta.

Será fácil o Brasil ter uma Constituição de 200 artigos; basta que se esgote em cada um deles um tema, sem o cuidado de quantos pontos, expressões, frases ou orações ela terá de conter. Como a Constituição precisa ter dispositivos de manifestação de vontade e de sinalização de projeto nacional, livre da rígida técnica legislativa atual até ajudaria ao cidadão comum ler e entender o que o dispositivo constitucional realmente quer dizer.

A questão da temática é outra falsidade. Cada Constituição tratou dos temas que importam àquele povo no momento em que é redigida. A velha Constituição da Suíça contém felizes disposições de proteção às nascentes de água, que garantiram uma preservação em tempo — desde o início do século — de tais mananciais. Mas contém pitorescos textos sobre bebidas alcoólicas, sua permissão e uso, a proibição do licor de absinto e assim por diante. Foi uma necessidade sensibilizada por aquele povo, no momento que escrevia a Constituição.

Em várias constituições encontram-se dispositivos sobre educação, trabalho, saúde, previdência, moradia, meio ambiente, tecnologia e tantos outros assuntos que alguns pensadores brasileiros acham incorreto a nossa tratar.

O debate deve abandonar o tamanho e fazer uma reflexão sobre a questão da Constituição de princípios, o anseio popular existente de que ela tenha seu cumprimento garantido e os riscos de cairmos na colocação de planos de governo ou políticas temporárias num texto constitucional.

Outro num dia, num debate, ouvi o ansioso apelo de um interlocutor que pediu "uma lei que garantisse o cumprimento da Constituição", na demonstração de quanto o povo desconfia de meros princípios gerais. Compatibilizar este anseio com a maturidade e longa vida de um texto constitucional é um desafio para constituintes especialistas.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advogado especializado em Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universidade de Brasília.

Antiestatizante — O presidente em exercício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Contcop), Murilo Antônio de Freitas Coutinho, pediu mais esforços dos constituintes para garantir na nova carta de leis o direito da livre iniciativa na exploração dos meios de comunicação social. A Contcop reúne 380 mil trabalhadores e está preocupada com a tendência estatizante defendida por setores radicais da sociedade que podem colocar em risco os propósitos da confederação: assegurar à publicidade, a liberdade de imprensa, o exercício livre e sem restrições, respondendo cada um, perante a lei, pelos abusos que cometer.

Constituinte na rua — O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), será convidado para um debate em praça pública do seu projeto de Constituição. Será em Manaus, numa iniciativa chamada "A Constituinte na Rua", promovida pelo PSB, o PDT, o PC do B, o PV e o PT, que atuam para manter a comunidade informada sobre os debates. A "ponte" entre a realização dos partidos e a Constituinte é a deputada Beth Azize (PSB-AM), que, em contato com os líderes, informa o que está acontecendo na assembleia. Os temas que estão sendo votados são então debatidos pela comunidade. "É impressionante o interesse das pessoas sobre o que estamos fazendo em Brasília", diz Beth.

Mesa da Constituinte faz reforma no plenário e contrata mais guardas

BRASÍLIA — Reforma nas galerias do plenário, contratação de 100 agentes de segurança e 50 guardas femininas, além da instalação, próximo à entrada principal do Congresso, de uma porta giratória com controle remoto, sistema de travamento automático e detector de metais. Com essas medidas, a mesa da Constituinte prepara-se para o que considera a etapa mais difícil da elaboração da nova Constituição: evitar a pressão direta sobre os parlamentares e um conflito entre as mais de 8 mil pessoas que são esperadas em Brasília para as votações finais.

A experiência da votação do último fim de semana, com agressões entre diversos grupos de pressão e pancadaria entre os próprios parlamentares, assustou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ele determinou providências à mesa e à segurança da Câmara, e deverá convocar uma reunião exclusivamente para discutir o assunto. A preocupação se deve também a outro fato: diversos partidos, como o PCB, estão organizando caravanas nos estados para garantir a participação popular nas votações.

"Temos uma segurança de 20 anos atrás e com esse efetivo não vai dar para segurar. Já que não podemos agir, não podemos botar a mão em ninguém, temos que garantir um número grande de agentes, pelo menos para impressionar", diz o diretor da segurança da Câmara, Fernando Paulucci.

Paulucci calcula que, somente na galeria da Câmara, onde será votado o projeto da nova Constituição, serão necessários, no mínimo, 100 agentes (atualmente a Câmara dispõe de 180, para a segurança externa e interna). Ele entregará nos próximos dias um levantamento para o 2º Vice-Presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), encarregado por Ulysses de elaborar um projeto para disciplinar o acesso de pessoas ao Congresso.

Pela proposta de Arbage, que depende ainda da aprovação da mesa, as entradas do Congresso serão bloqueadas, exceto a rampa principal do prédio. Nesse acesso, uma equipe de agentes e guardas femininas fará a triagem do público que assistirá às votações. Só entrará na galeria quem tiver uma senha assinada por Arbage. As senhas serão distribuídas a todos os parlamentares, na proporção das bancadas de cada partido.

Brigas no plenário — Quando cruzar a porta principal, quem se dirigir às galerias passará pelo detector de metais da porta giratória. Nas paredes do plenário, haverá enormes cartazes, proibindo qualquer barulho ou manifestação nas galerias, sob pena de expulsão. As autoridades convidadas e os jornalistas terão lugar especial e entrarão no Congresso pelo Anexo IV. O plenário, de acordo com o projeto, terá que ser reformado. Para Separar o público das autoridades, e as autoridades dos jornalistas, o Departamento de Engenharia da Câmara terá que retirar três fileiras de cadeiras e instalar um corrimão, de ferro ou de madeira.

Mas o que preocupa mesmo Arbage é a possibilidade de briga no plenário, entre os constituintes. Ele enviará uma circular a todos os parlamentares apelando para o bom senso durante as votações. "Contra eles, não tenho nenhum instrumento de ação, e o jeito vai ser apelar para o bom senso. Se nós dermos o mau exemplo, a galeria vai aderir".

A circulação dentro do Congresso também será proibida, mas as medidas da Mesa já começam a provocar reação. "Vamos nos articular com outros grupos de esquerda para garantir a ampla participação popular. Eles não têm como impedir, só barrando as caravanas na estrada. É essa pressão o nosso grande ponto para reverter a derrota das propostas progressistas", disse o deputado Augusto Carvalho (PCB-DF).